

PEDAGOGIA DO CAPITAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA INFLUÊNCIA DA TEORIA DO CAPITAL HUMANO NAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL EM TEMPOS NEOLIBERAIS

Edjane dos Santos Silva. Faculdade de Educação da
Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Jane_4407@hotmail.com

A noção de capital humano que se firma na literatura econômica na década de 60 e 70, vem no bojo das teorias do desenvolvimento econômico e da concepção liberal de natureza humana, na qual fundamenta que todos os indivíduos nascem com as mesmas predisposições naturais e igualdades de condições perante o mercado para determinar suas escolhas individuais. Isso significa dizer que, o próprio indivíduo é o único responsável pelas escolhas que faz durante a vida. A teoria do capital humano afirma que a educação aumentaria o nível de desenvolvimento cognitivo e a competência técnica dos indivíduos, e que esse aumento explicaria a relação entre o nível de escolaridade e o aumento da capacidade produtiva individual. Acreditava-se que o conjunto de conhecimentos e habilidades aumentaria a produtividade do trabalhador individual, e para que isso ocorresse era preciso investimento na educação, pois ela seria o fator responsável pela taxa de retorno social e pelo aumento da renda nacional. É mediante a esse discurso que a Teoria do Capital Humano se apresenta ao setor empresarial visando o aprimoramento dos recursos humanos como sendo indispensáveis para obtenção de suas metas. Essas noções acabam por atribuir ao indivíduo a responsabilidade por seu sucesso ou fracasso, pela sua mobilidade e ascensão social. Na esfera educacional, podemos observar que a TCH irá repercutir através das políticas de qualificação e formação profissional e por reformas educacionais pautadas em um processo de descentralização administrativa e pela privatização do ensino médio e superior. Diante disso, observa-se no cenário brasileiro a expansão de inúmeras redes de escolas técnicas cujo modelo pedagógico estará determinado de acordo com as novas exigências do mercado, dentre as quais podemos destacar a influência dos grandes organismos internacionais (BIRD, Banco Mundial, CEPAL) nas decisões e intervenções administrativas e financeiras nas políticas educacionais. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é analisar a influência da Teoria do Capital Humano nas políticas educacionais no Brasil tendo como foco principal o ensino técnico e profissionalizante. Trata-se de desvendar os princípios e valores que norteiam essa teoria e traçar os impactos que esta exerce no papel social das escolas técnicas nas últimas décadas do século XX. Através de uma pesquisa bibliográfica que fundamenta meu trabalho, trago elementos para refletir os discursos e saberes que são disseminados no interior dessas Instituições que agregam como eixo balizador de seus projetos pedagógicos a Pedagogia do Capital. Em um primeiro momento, se trata de fazer um resgate histórico dos fatores que contribuíram para o surgimento e difusão desta teoria e em um segundo momento analisar o teor ideológico das reformas educacionais no Brasil que se iniciaram levando à fragmentação da relação trabalho e educação e à constituição da educação como mercadoria, o que contribuiu para a reprodução da ideologia neoliberal. A problemática da relação trabalho educação vem sendo debatida há muitos anos por inúmeros autores. Percebemos que ao longo da história esta relação sofreu uma série de mutações que teve início a partir do modo de produção

capitalista, principalmente no contexto da Revolução Industrial que teve como objetivo principal o aumento da produtividade e o processo da acumulação do capital. Com a Revolução Industrial, a introdução da maquinaria eliminou a exigência de qualificação específica para os trabalhadores, mas impôs um patamar mínimo de qualificação geral, equacionado no currículo da escola elementar. Subsistiram, pois, no interior da produção, tarefas que exigiam determinadas qualificações específicas, obtidas por um preparo intelectual também específico. Esse espaço foi ocupado pelos cursos profissionais organizados no âmbito das empresas ou do sistema de ensino, tendo como referência o padrão escolar, mas determinados diretamente pelas necessidades do processo produtivo. Eis que, sobre a base comum da escola primária, o sistema de ensino bifurcou-se entre as escolas de formação geral e as escolas profissionais. Estas, por não estarem diretamente ligadas à produção, tenderam a enfatizar as qualificações gerais (intelectuais) em detrimento da qualificação específica, ao passo que os cursos profissionalizantes, diretamente ligados à produção, enfatizaram os aspectos operacionais vinculados ao exercício de tarefas específicas (intelectuais e manuais) no processo produtivo considerado em sua particularidade. A formação profissional tem sido vista como uma resposta estratégica aos problemas postos pela globalização econômica, pela busca da qualidade e competitividade, pelas transformações do mundo do trabalho e pelo desemprego estrutural. Paralelamente a escola tem sido instrumento muito eficaz para a difusão da concepção neoliberal como aparelho ideológico do Estado, na perspectiva de disseminar a educação não mais como um direito social mas sobretudo como um investimento e aquisição individual de competências e habilidades para subserviência ao perfil de trabalhador dito como empregável, exigências da nova reestruturação do trabalho. Diante disso as reformas educativas no setor profissional espelham uma visão economicista de gestores, administradores e educadores em relação a educação, O que transforma a escola um investimento imprescindível a grande estrutura econômica do país.

Palavras-chave: Teoria do Capital Humano. Neoliberalismo. Políticas Educacionais.